No programa de interiorização, além dos esforços na criação de infra-estrutura de transporte, água e saneamento, educação, saúde, comunicações, destacam-se algumas iniciativas particularmente dirigidas a esses setores. É o caso do programa de campos de demonstração de pecuária; da conclusão dos diagnósticos regionais para todas as regiões do Estado, contendo informações relevantes para a tomada de decisões de investimento na área pública e no setor privado, que poderá, ainda, utilizar-se do Balcão de Projetos.

No curso de 1972, além dos programas voltados para o desenvolvimento da agricultura, devem ser apontadas as iniciativas específicas que irão permitir a esse fundamental setor aumentar o seu dinamismo nos próximos anos. Trata-se do programa denominado "Corredores de Exportação", lançado pelo Governo Federal. Esse programa considera o processo de exportação tomado em seu todo, identificando os pontos de estrangulamento, de modo a permitir a programação de investimentos direcionados no sentido da rápida ampliação da infra-estrutura voltada para a exportação de produtos primários. O processo constituirá verdadeira alavanca do desenvolvimento e da elevação dos níveis de renda da agricultura.

O Governo do Estado estabeleceu a coordenação de todos os projetos de infra-estrutura ligados ao programa de corredores de exportação, tendo sido iniciadas, ainda em 1972, a ampliação da capacidade de silos e a elaboração de projetos ligados à área de transporte ferroviário, do sistema de armazenagem e do estímulo à produção voltada para a exportação. Elaborou-se cuidadoso diagnóstico das necessidades de recursos de financiamento para investimentos privados no setor de agro-indústria, projeto que deverá ser executado em 1973, contando, inclusive, com recursos provenientes do Banco Mundial, por repasse do Banco Central.

É mister que se faça menção particular às sub-regiões do litoral e do Vale do Ribeira, objeto de prioridade da Administração. Esquecidas e isoladas, a despeito de suas potencialidades, têm permanecido em condições que podem ser classificadas de dramáticas. Abstenho-me de insistir na descrição de um quadro já de todos conhecido e que os coloca inteiramente à margem do esplêndido desenvolvimento já alcançado pelo Estado. Empenhado, decididamente, em levar à região os meios que não de elevá-la a um nível compatível com suas grandes possibilidades e em proporcionar as suas populações os benefícios do progresso, não descurei de fazê-lo. Foi instituído o Plano Educacional do Vale do Ribeira, que se desdobra em providências tendentes a uma ampla ação educativa, com base na escola fundamental rural comunitária, ao mesmo tempo em que, mediante a construção, ampliação e reforma de prédios, se procura superar o "déficit" de salas de aulas. O aproveitamento de solos e águas; o levantamento sanitário; a eletrificação rural; a eliminação das zonas mudas, o saneamento básico; a implantação de plano rodoviário de integração intra e inter-regional; a assistência técnica; a assistência sanitária global; a assistência alimentar; a qualificação profissional; a promoção social mediante a criação de centros comunitários; a manutenção de cursos e a assistência ao menor; a legitimação de terras; o desenvolvimento do turismo através da exploração do excelente potencial, são outras medidas que vêm sendo executadas, enquanto se

obtem investimentos nacionais e estrangeiros para a exploração da siderurgia e do cimento, se implanta o florestamento, se desenvolvem as pesquisas minerais e de culturas tropicais, se promovem estudos para a cultura de ostras e exploração dos recursos pesqueiros do camarão.

Em fins de 1972, em seqüência ao programa experimental de Cr\$ 5 milhões lançado em 1971, elaborou-se o Programa Especial de Crédito Orientado para o Vale do Ribeira, com dotação inicial de Cr\$ 30 milhões. Esse programa, cujas características se alicerçaram em cuidadoso diagnóstico das potencialidades agrícolas da região, contará com amplo suporte de assistência técnica, de modo a atender precipuamente as características regionais. Paralelamente, substancial esforço foi desenvolvido para a identificação e eliminação dos fatores que entravavam a comercialização interna e externa da banana, responsável por cerca de 70% da renda agrícola da região. Desses esforços colheram-se resultados, inclusive no âmbito federal, como a isenção do IPI e do ICM para a embalagem, a redução de fretes para o transporte, a assistência técnica aos produtores e outros. Criaram-se, assim, as condições necessárias à exploração das potencialidades desse mercado e a elevação dos níveis de renda do Vale do Ribeira.

A semelhança do que sucede com as demais sub-regiões do litoral, o Litoral Norte, que compreende os municípios situados na sub-região de São Sebastião — excluída a de Santos — apresenta, como também é notório, precárias condições, no que concerne à infra-estrutura de transportes, organização da produção, oferta de empregos, saneamento, educação e saúde.

Apresentando relativo crescimento populacional, embora ainda pouco representativo no contexto regional, vem, no entanto, o Litoral Norte, passando por um processo de desenvolvimento, graças à intensificação do turismo e à construção do terminal da Petrobrás, cuja conclusão transformará São Sebastião em importante porto. A rodovia Rio-Santos, propiciará, por sua vez, a médio prazo, substancial fluxo populacional à área, tal como a Via dos Imigrantes quanto ao Litoral Sul, abrindo francas perspectivas para as condições sócio-econômicas da sub-região.

Nesse quadro se faz sentir, metódica e coordenada, a presença do Estado, pela construção de malha viária que ligue ou melhore a comunicação entre as várias localidades, inclusive do sul do Estado de Minas; pelo estudo da viabilidade econômica do porto de São Sebastião; pela construção de escolas; pelo estímulo ao turismo; pelas obras de saneamento básico; pelo abastecimento de água; pela instalação de centrais telefônicas e outras tantas medidas, todas elas voltadas para a integração e desenvolvimento da sub-região.

Sendo o objetivo a interiorização do desenvolvimento, parece óbvio que, para as municipalidades, devem ser dirigidas as atenções, para que sejam motivadas a engajar-se no processo, ao mesmo passo em que se lhes ofereçam bases técnicas que ensejem o aperfeiçoamento das suas administrações e a indispensável sintonia com a do Estado.

Torna-se necessário, nesse particular, que se evite a dispersão ou a contraposição de esforços, que devem, ao invés, ser conjugados e orientados numa só e única direção.

Com tal intuito promovi o seminário realizado, em janeiro, nesta Capital, e que reuniu